

Produção de textos no contexto acadêmico

aspectos formais e de linguagem

Leitura e produção de textos na universidade

- Particularidades dos textos acadêmicos
- Formatos específicos, finalidades específicas
- “Publique ou pereça”
- Produtividade intelectual = quantidade de publicações (?)
 - Qualis Capes e outros indicadores

Ler e escrever na academia

- Gêneros textuais que circulam no ambiente universitário;
- Finalidades dos textos;
- Nível de formalidade/erudição da linguagem;
- Tipologias mais frequentes.

Tipologia argumentativa

- Definir quais ideias serão desenvolvidas.
- As ideias devem ser relacionadas ao tema, consistentes e não contraditórias.
- Buscar argumentos que estejam de acordo com a posição adotada.
- Critérios de validação.

Planejamento da escrita

- Sobre o quê tratar?
- Como organizar as ideias e as informações?
- Qual formato utilizar como parâmetro?
- A quem o texto é direcionado?
- Quais são os objetivos da escrita do texto?

Texto adequado

Correto

- Ortografia
- Normas e regras em vigor

Bem-escrito

- Nível de formalidade
- Padrões de textualidade

(POSSENTI, 2010)

Padrões de textualidade: progressão

- É importante desenvolver o texto de maneira **clara** e **lógica**, com as **ideias conectadas** progressivamente, o que possibilita a leitura fluida.
- O uso eficiente de palavras que desempenham a função de conectores – “portanto”, “assim”, “entretanto”, “porque” etc. – e o uso de pontuação adequada são o que estabelecem uma progressão gradativa de informação.

Padrões de textualidade: progressão

- Cada segmento que “surge” apresenta informações novas aos enunciados anteriores.
- Toda repetição deve ter uma função. Repetições sem sentido prejudicam o texto.

Padrões de textualidade: coesão

- Sequencialização
- Conexão
- Relação

Coesão sequencial

- Repetição lexical;
- Paralelismo;
- Paráfrase;
- Recorrência de tempo verbal;
- Progressão temática;
- Encadeamento.

Conectivos

Operadores argumentativos

- Oposição: *mas, porém, contudo*
- Causa: *porque, pois, já que*
- Finalidade: *para, com o propósito de*
- Condição: *se, a menos que, desde que*
- Adição: *e, bem como, também*
- Disjunção: *ou*
- Exclusão: *nem*
- Comparação: *mais do que, menos do que*
etc.

Operadores organizacionais

- *Em primeiro lugar, em segundo lugar*
- *Como veremos, como vimos*
- *Neste ponto, aqui, nesta seção*
- *Por exemplo, No próximo capítulo*
- *Isto é, ou seja*
- *Quer dizer, por outro lado*
- *Repetindo, reafirmando, em outras palavras*
- *Com base nisso, segundo Fulano*
etc.

Padrões de textualidade: coerência

- Relação que se estabelece entre as partes do texto, criando uma unidade de sentido.
- Se manifesta de maneira global.
- Providencia a continuidade de sentido no texto e a ligação dos tópicos discursivos.

Originalidade e autoria

- O que se diz
- Como se diz
- Forma e conteúdo

Originalidade e autoria

A autoria é revelada, na combinação entre forma e conteúdo, pela existência de um projeto para o texto que determina desde a seleção das informações até a escolha das palavras, passando pelo modo como elas se arranjam no texto.

Em um texto autoral, cada um dos elementos selecionados para a escrita (fatos, informações, opiniões, vocabulário, sintaxe) tem como objetivo provocar um efeito no leitor.

(GARCEZ; CORRÊA, 2016, p. 8)

Aspectos de linguagem

Pontuação

- Fator essencial para dar sentido ao texto.
- Ritmo e estilo.
- Para consultar:

Empregos dos sinais de pontuação, disponível em:
<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/nocoes-gramaticais/emprego-dos-sinais-de-pontuacao/>

Pontuação: algumas observações

- Vírgulas e pausas: nem sempre uma pausa na língua falada vai corresponder a uma vírgula. As regras de pontuação na língua escrita são específicas e dependem mais da estruturação sintática e do estilo do que de correspondências com a oralidade;
- Lembre-se: nunca se deve separar sujeito e predicado por vírgulas;
- É preciso variar os sinais de pontuação, pois cada um desempenha funções específicas.

Estruturação por paragrafação

- Exemplos: quando se desenvolve uma ideia exemplificando e, conseqüentemente, comprovando um ponto de vista;
- Comparação ou contraste: quando se objetiva, ao tratar de um assunto, comparar elementos para se chegar a uma conclusão de semelhança ou diferença entre eles;
- Enquadramento: quando se pretende dar ênfase a alguma ideia.

Relações lógicas e de redundância

É inegável a posição de importância que carrega a publicidade nos tempos atuais, justamente por ser o principal meio pelo qual fornecedores de produtos e serviços sinalizam aos possíveis consumidores a existência e forma de adquirirem os bens que disponibilizam no mercado. Por essa mesma razão, além do propósito de divulgação, as peças publicitárias carregam em si diversos elementos persuasivos para que seja mais proveitosa à captação de consumidores e, por conseguinte, mais volumosas as vendas dos produtos e as prestações de serviço que ofertam.

Sendo assim, verifica-se facilmente que o direcionamento destas aos mais variados públicos é um dos fatores que sustentam a sociedade de consumo e que promovem a

Reiteração

Mais além desses apontamentos, convém anotar que a pena é uma forma de controle social formal, decorrente de uma instituição, o Estado, pois é este o responsável pela exteriorização da lei, *conditio sine qua non* para a existência de uma pena. De salutar relevo, à vista disso, conceituar instituições, entendidas como “órgãos de controle social, que se compõem de normas – usos, costumes, leis – aplicáveis a determinada configuração social, destinando-se ao desempenho de funções determinadas nessa configuração” (CASTRO, 2009, p. 101).

Reiteração

Ao incriminar determinada conduta, cominando-lhe pena, o legislador estabelece formalmente um instrumento de controle social, possibilitando a intervenção do Estado na liberdade das pessoas. Entretanto, não só a atuação legislativa, mas também a judiciária, no momento de aplicação da lei penal, há de se orientar pelo princípio da intervenção mínima, verdadeira baliza axiológica para criação e interpretação das normas penais. O objeto deste estudo, por conseguinte, volta-se justamente à análise da pena como forma de controle social frente ao princípio da intervenção mínima.

Síntese

A lei difere e classifica os sujeitos da improbidade administrativa em duas categorias: ativo, que seria aquele que pratica o ato de improbidade, e passivo, aquele que sofre os efeitos do ato.

Sintetizando, o sujeito passivo é a vítima do ato de improbidade. De acordo com a previsão expressa no artigo 1º da lei, podem ser sujeitos passivos a Administração direta, indireta ou fundacional dos poderes em todos os níveis, a empresa incorporada ao patrimônio público, a entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de 50% do patrimônio ou receita anual, a entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício de órgão público e a entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de 50% do patrimônio ou receita anual.

As duas últimas são consideradas como sujeitos passivos secundários (CARVALHO FILHO, 2017, p. 1150)³, e a sanção patrimonial limita-se à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

De forma resumida, o sujeito passivo do ato de improbidade seria a pessoa jurídica contra a qual foi praticado o ato, que teve seu patrimônio ou a sua integridade como ente administrativo lesionados, por conduta ímproba de agentes públicos e/ou terceiros. (FAZZIO JÚNIOR, 2014, p. 26).

Citação

Quando citamos um texto ou fala:

- Que, na formatação do texto, fica com até três linhas:
devemos utilizar aspas para demarcar o início e o fim do trecho citado e referenciar a fonte, entre parênteses: (SOBRENOME, ano, p. 00)
- Com quatro linhas ou mais:
devemos criar um recuo em relação ao corpo do texto e modificar o espaçamento entre linhas e o tamanho da fonte. Nesse caso, também devemos referenciar a obra citada.

Paráfrase

Sobre o requisito em comento, a doutrina se divide: enquanto alguns entendem que a inserção do abandono do lar conjugal como exigência à usucapião familiar representa um retrocesso face à já superada perquirição da culpa pelo fim dos relacionamentos conjugais, outros defendem que o abandono deve ser interpretado como o não cumprimento da função social da propriedade.

Para Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald (2012, p. 466)

[...] o art. 1.240-A do Código Civil se apoia no subjetivismo da identificação de um culpado para criar uma nova pena civil: a do perdimento da copropriedade sobre o imóvel do casal como consequência do ato ilícito do abandono injustificado do lar.

Douglas Phillips Freitas (2012, p. 10) pondera que, à luz do entendimento dos que veem a volta da discussão da culpa na norma, estaria a mesma afrontando o princípio constitucional de vedação ao retrocesso.

(Im)persoalidade

- Primeira pessoa (singular e plural)

- Terceira pessoa:

Informação em evidência. Essa estratégia é tomada pelo locutor para que a proposição defendida por ele não seja vinculada às suas ideias pessoais e subjetivas. Desse modo, há um certo distanciamento do autor em relação ao tema e às ideias apresentadas.

Artigo

Artigo científico

- Apresentação sintética dos resultados de pesquisas ou estudos realizados a respeito de uma questão, contendo ideias novas ou abordagens que complementam estudos já feitos.
- Via de comunicação entre pesquisadores, profissionais, professores e estudantes de graduação e pós-graduação.
- Textos relativamente curtos e informativos – permitem ao leitor, por serem completos, repetir a experiência relatada, por exemplo.

Artigo científico

- Informa a comunidade acadêmico-científica tanto acerca de novas descobertas sobre um determinado campo de pesquisa quanto acerca de questionamentos e releituras de teorizações já existentes.
- É elaborado em uma linguagem técnica, clara, objetiva, precisa e simples.

Artigo científico

- Ao produzir um artigo, temos o objetivo de publicar, em periódicos especializados, os resultados de um estudo desenvolvido sobre um tema específico.

Estilo

- O estilo da redação utilizada em artigos científicos é chamado **técnico-científico**.
- Em redação acadêmica, em geral, utiliza-se um tom mais **formal**, que é alcançado por meio de certas estratégias (a escolha por alternativas mais precisas na seleção do vocabulário a ser utilizado, por exemplo).

Aspectos de linguagem

- **Impessoalidade:** usos de 3ª pessoa do singular e 1ª pessoa do plural.
- **Objetividade:** a linguagem objetiva deve afastar expressões como: “eu penso”, “eu acho”, “parece-me”, que dão margem a interpretações simplórias e sem valor científico.
- **Estilo científico:** a linguagem científica é informativa, firmada em dados concretos. Pode-se apresentar argumentos de ordem subjetiva, porém dentro de um ponto de vista científico.
- **Vocabulário técnico:** a linguagem deve ser clara e precisa, mas cada ramo da ciência possui uma terminologia técnica própria que deve ser observada.

Artigo científico

Quanto à linguagem, um texto desse tipo deve apresentar:

- coerência na argumentação;
- clareza na exposição de ideias;
- objetividade;
- concisão e
- fidelidade às fontes citadas.

Artigo científico

- A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) normaliza o gênero **artigo** em publicação periódica científica.
- Conforme a NBR 6022, artigo científico é “parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento” (ABNT, 2003a, p. 2).

Tipos de artigo

- **Artigo original:**

“quando apresenta tema ou abordagem própria. Geralmente, relata resultados de pesquisa e é chamado em alguns periódicos de artigo científico.”

- **Artigo de revisão:**

“quando resume, analisa e discute informações publicadas. Geralmente, é resultados de pesquisa bibliográfica.”

(BALTAR; CERUTTI-RIZZATTI; ZANDOMENEGO, 2011)

Estrutura

Esquema 1 – Elementos estruturais de um artigo

Elementos pré-textuais	<ul style="list-style-type: none">– Título no idioma do documento (obrigatório)– Título em outro idioma (opcional)– Autor (obrigatório)– Resumo no idioma do documento (obrigatório)– Resumo em outro idioma (opcional)– Datas de submissão e aprovação do artigo (obrigatório)– Identificação e disponibilidade (opcional)
Elementos textuais	<ul style="list-style-type: none">– Introdução (obrigatório)– Desenvolvimento (obrigatório)– Considerações finais (obrigatório)
Elementos pós-textuais	<ul style="list-style-type: none">– Referências (obrigatório)– Glossário (opcional)– Apêndice (opcional)– Anexo (opcional)– Agradecimentos (opcional)

NOTA A nomenclatura dos títulos dos elementos textuais fica a critério do autor.

Elementos pré-textuais

- **Título e subtítulo** (se houver): devem figurar na página de abertura do artigo, na língua do texto;
- **Autoria**: nome completo do(s) autor(es) na forma direta;
- **Currículo**: incluindo endereço para contato (e-mail). Deve aparecer em nota de rodapé;
- **Resumo na língua do texto**: deve apresentar, de forma concisa, os objetivos, a metodologia e os resultados alcançados, não ultrapassando 250 palavras.
- **Palavras-chave** na língua do texto: devem figurar abaixo do resumo, separadas entre si por ponto.

Elementos textuais

- **Introdução:**

“Parte inicial do artigo onde deve constar a delimitação do assunto tratado, os objetivos da pesquisa e outros elementos necessários para situar o tema do artigo” (ABNT, 2003a, p. 4);

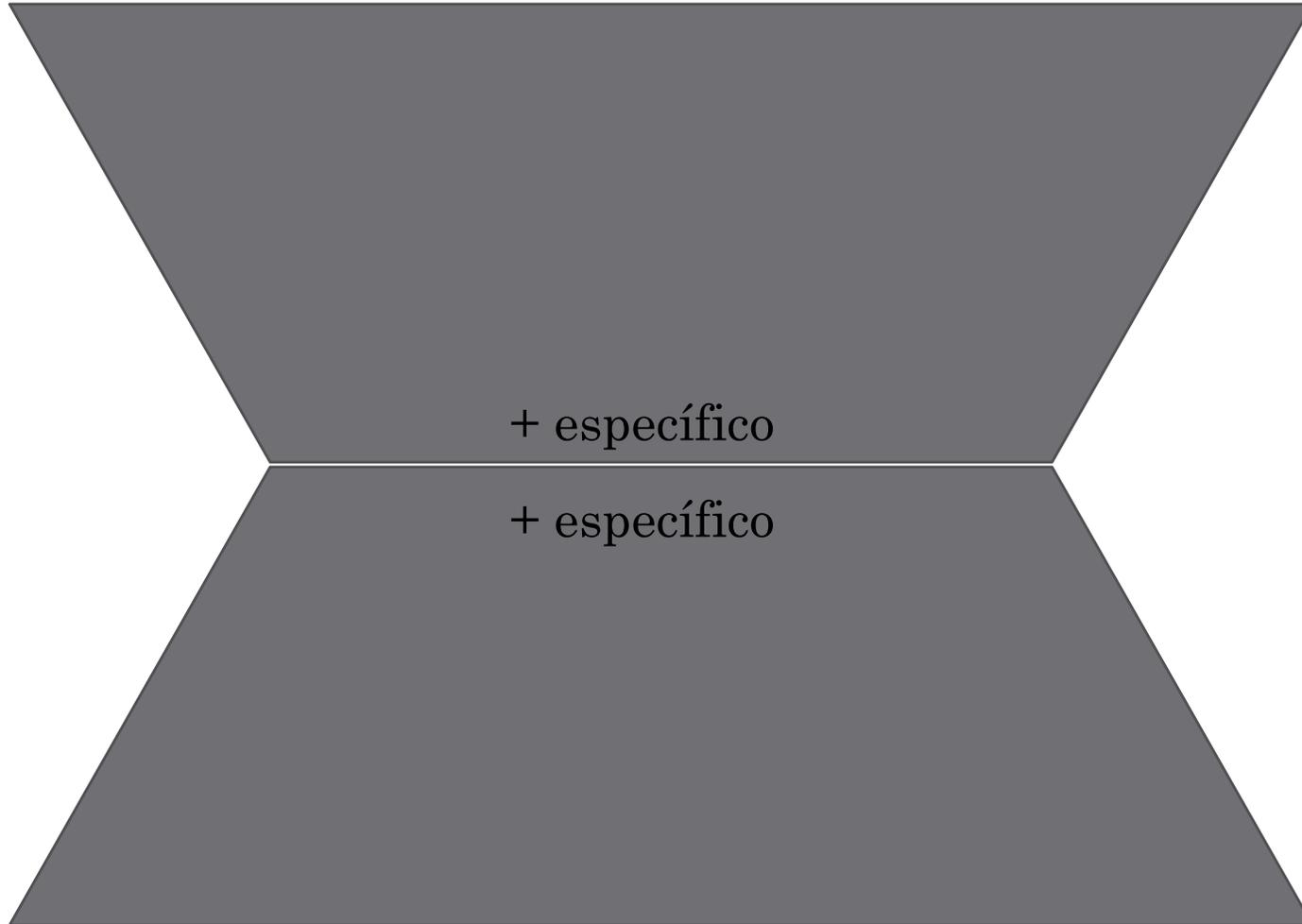
- **Desenvolvimento:**

“Parte principal do artigo, que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado. Divide-se em seções e subseções [...] que variam em função da abordagem do tema e do método.” (ABNT, 2003a, p. 4);

- **Conclusão:**

“Parte final do artigo na qual se apresentam as conclusões correspondentes aos objetivos e às hipóteses.” (ABNT, 2003a, p. 4).

+ GERAL



+ GERAL

Introdução

Metodologia

Resultados

Discussão

Considerações
finais

Introdução

Esta seção traz o **contexto** de pesquisa (assunto e ponto de vista), o **problema** e os **objetivos** do trabalho. É a parte do texto onde se **justifica** a importância da pesquisa, onde são apontadas as razões para a realização do estudo, da escolha do tema e da **base teórica e metodológica**.

Introdução

- O que se sabe sobre o problema?
- O que não se sabe?
- O que será feito e com qual objetivo?
- Qual o “desenho” adotado?
- Por que o trabalho é importante?

Desenvolvimento

- Parte principal e mais extensa do trabalho.
- Deve apresentar a **fundamentação teórica**, a **metodologia**, os **resultados** e a **discussão**.
- Divide-se em seções e subseções, numeradas progressivamente, conforme a NBR6024 (ABNT, 2003).
- Para artigos de revisão, deve-se excluir “material”, “método” e “resultados”.

Considerações finais

- As conclusões devem responder às questões da pesquisa, correspondentes aos objetivos e hipóteses;
- Podem apresentar recomendações e sugestões para trabalhos futuros.

Referências

- As referências devem ser feitas conforme a NBR 6023 (ABNT, 2002).
- Mecanismo Online para Referências (MORE) da Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina, disponível no endereço: <http://www.more.ufsc.br/>

Referências bibliográficas

ALMEIDA, G.; MURTA, D. Reflexão sobre a possibilidade de despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. *Revista Latinoamericana*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 14, p. 380-407, ago. 2013.

BENTO, B.; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 569-581, mai./ago. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Congresso Nacional. Lei do Sistema Único de Saúde. Lei nº 8.080 de 19 de setembro 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Planalto. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm. Acesso em: 21 fev. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei João W. Nery. Projeto de Lei n. 5002/2013. Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o artigo 58 da Lei 6.015 de 1973. Câmara dos Deputados. Disponível em:

Notas

- As notas podem ser de rodapé ou finais e são o espaço onde o autor pode fazer alguma ressalva, comentário, citação ou esclarecimento.
- Nas notas também podem ser reproduzidas as citações nos idiomas originais.

Apêndices e anexos

Apêndices:

“Texto ou documento elaborado pelo autor a fim de complementar o texto principal.” (ABNT, 2002, p. 2).

Anexos:

“Texto ou documento não elaborado pelo autor, que serve de fundamentação, comprovação e ilustração.” (ABNT, 2002, p. 2).

Por onde começar?

- Selecionar referências bibliográficas relevantes ao assunto;
- Refletir sobre estudos anteriores na área;
- Delimitar um problema ainda não totalmente estudado na área;
- Elaborar uma abordagem para o exame desse problema;
- Delimitar e analisar um conjunto de dados representativo do universo sobre o qual deseja alcançar generalizações;
- Apresentar e discutir os resultados da análise desses dados;
- Concluir elaborando generalizações a partir dos resultados, conectando-as aos estudos prévios dentro da área de conhecimento em questão.

Publicação

- Revistas impressas e *online*, *ebooks*, anais de eventos...
- Normas para formatação e submissão
 - Chamadas temáticas
 - Foco e escopo
 - Diretrizes para autores

Revista Avant



Home

Licença de Direitos
Autorais

EXPEDIENTE

Apresentação
Periodicidade e
Normalização
Linha Editorial
Corpo Editorial

Revista Acadêmica do curso de Graduação em Direito da UFSC

PRAZO ABERTO PARA ENVIO DE TRABALHOS PARA A QUARTA EDIÇÃO DA AVANT

Publicado em 24/07/2018 às 12:15 12Tue, 24 Jul 2018 12:15:46 +000046.



CONTATOS

Universidade Federal de Santa
Catarina
Centro de Ciências Jurídicas

Campus Reitor João David Ferreira
Lima - Trindade -
Florianópolis - Santa Catarina -
Brasil
CEP: 88040-900

Email:
revistaavant.ufsc@gmail.com

Coordenadora: Profª. Drª. Carolina
Medeiros Bahia

Revista Avant

- Veículo para promoção do debate e divulgação de trabalhos científicos em diversas áreas jurídicas produzidos por graduandos.
- Publicação semestral.
- Normas da ABNT.

Artigos científicos

- A versão final do trabalho deve respeitar o mínimo de 15 e máximo de 25 páginas, incluindo as referências.
- Fonte: Times New Roman; tamanho 12 (para textos) e 10 (para citações com mais de 3 linhas, tabelas, figuras e notas de rodapé).
- Espaçamento: 1,5 linhas para o texto, e simples para citações com mais de 3 linhas, notas de rodapé explicativas, tabelas e figuras.
- Alinhamento: justificado para os parágrafos, com recuo de 1,5cm na primeira linha.
- Tamanho do papel: A4 (21,0cm x 29,7cm);
- Medidas das margens: 2,5cm (superior, inferior, direita e esquerda).
- Número de página: no canto inferior direito.

Artigos científicos

- Quebra de páginas: os elementos do texto (introdução, desenvolvimento e conclusão) não deverão ser separados por quebra de página.
- Siglas: reunião das letras iniciais dos vocábulos fundamentais de uma denominação ou título. Quando aparecem pela primeira vez no texto, a forma completa do nome precede a sigla, colocada entre parênteses. Exemplo: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- Citações e referências devem ser realizadas no sistema de chamada autor-data – reservando-se as notas de rodapé para notas explicativa.

A PUBLICIDADE INFANTIL SOB A ÓTICA DA DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE¹

*Ana Lúcia Sevegnani**

*Alexandre Figueredo Miranda***

Resumo: O presente artigo, elaborado de acordo com o método indutivo, tem por objetivo avaliar a publicidade infantil no contexto da doutrina da proteção integral da criança e do adolescente. Às crianças e adolescentes são reconhecidas suas condições de vulnerabilidade, em decorrência de ainda não possuírem um estágio pleno de desenvolvimento. Diante dessa realidade, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal proporcionaram a sua efetiva inserção no ordenamento jurídico como sujeitos de direitos, sendo garantida a prioridade absoluta e o dever compartilhado entre o Estado, a sociedade e a família para alcançar os objetivos dispostos na lei. Nessa ótica, a publicidade infantil, com especial atenção à decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), deve ser compreendida a partir da concepção de que as crianças são facilmente influenciáveis pelas mensagens sugestivas veiculadas por meio de propagandas que visam propiciar o consumo precoce. Portanto, toda forma de propaganda que veicula mensagem ou imagem com características apelativas ou abusivas, visando persuadir crianças a adquirirem produtos ou serviços, sobretudo, por meio do uso da estratégia mercadológica de venda casada, atentam contra as regras, princípios constitucionais e normas infraconstitucionais.

Palavras-chave: Proteção Integral. Criança e Adolescente. Publicidade Infantil. Venda casada.

¹ Artigo científico desenvolvido na disciplina de Direito da Criança e do Adolescente, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Jociane Petry Veronese na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

* Acadêmica da 6ª fase do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

** Acadêmico da 6ª fase do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Resumo

- Expõe o tema;
- Menciona o objetivo do artigo;
- Menciona a metodologia;
- Pontua a distribuição das seções;
- Menciona expectativas de resultados ou resultados alcançados.

Normas para resumo

- O resumo deve ser constituído de frases concisas e objetivas, para evidenciar o problema da pesquisa, a metodologia e as conclusões.
- Documento elaborado com base na NBR 6022:2003: disposto em um único parágrafo, deve ter no máximo 250 palavras;
- Palavras-chave: podem ser utilizados até cinco descritores mais conhecidos da área antecidos da expressão 'Palavras-chave:', separados entre si por ponto e finalizados também por ponto.
- Abstract: versão do resumo em Inglês.
- Keywords: versão das palavras-chave em Inglês.

Instrumentalizando a pesquisa: ferramentas e dicas

- Minicurso ministrado pelos membros do Corpo Editorial da Revista Avant.
- Material disponibilizado *online*:
<http://revistaavant.paginas.ufsc.br/2018/05/18/minicurso-instrumentalizando-a-pesquisa-ferramentas-e-dicas-material-complementar-do-evento/>

ABNT

- A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), responsável pela normalização técnica no Brasil, fornece os padrões para trabalhos acadêmicos utilizados pela maioria das instituições de ensino superior no país.
- Algumas normas importantes são:
 - NBR 6021 (publicação periódica técnica e/ou científica)
 - NBR 6022 (artigo em publicação periódica)
 - NBR 6023 (referências)
 - NBR 6028 (resumo)
 - NBR 10520 (citações)

Materiais de consulta

Para o esclarecimento de dúvidas recorrentes, como o uso de letras maiúsculas, formatação de termos estrangeiros e abreviaturas, são úteis os seguintes manuais:

- “Manual de Redação e Estilo do Estadão”, disponível em: <http://www.estadao.com.br/manualredacao/>;
- “Manual de Comunicação”, da Secretaria de Comunicação Social (Secom) do Senado Federal, disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/redacao-e-estilo>.

Materiais de consulta

Para tirar dúvidas de ortografia e regência, recomendamos a consulta aos seguintes materiais:

- “Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa” (VOLP), da Academia Brasileira de Letras, disponível em: <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>;
- “Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa” (Curitiba: Positivo, 2010);
- “Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa” (Rio de Janeiro: Objetiva, 2009);
- “Dicionário Prático de Regência Verbal” e “Dicionário Prático de Regência Nominal”, de Celso Pedro Luft (São Paulo: Ática, 2010).

Materiais de consulta

- “Só Português”, disponível em: <https://www.soportugues.com.br/>;
- “Português é legal”, disponível em: <http://www.portugueselegal.com.br/category/lingua/>;
- “Revisão para quê?”, disponível em: <https://revisaoparaque.com/blog/>.

- “Guia Prático da Nova Ortografia”, de Douglas Tufano, disponível em: https://www.escrevendoofuturo.org.br/EscrevendoFuturo/arquivos/188/Guia_Reforma_Ortografica_CP.pdf;
- “Novo Acordo Ortográfico”, de Carlos Alberto Faraco, disponível em: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/EscrevendoFuturo/arquivos/187/novoacordo2.pdf>.

Referências

KOCH, I. G. V. **A coesão textual**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

POSSENTI, Sírio. **Aprender a escrever (re)escrevendo**. Linguagem e letramento em foco. Língua portuguesa. Cefiel. IEL/Unicamp, 2005-2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação – Artigo em publicação periódica científica impressa – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003a.

_____. NBR 6023: Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002a.

_____. NBR 6028: Informação e documentação – Resumo – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003b.

_____. NBR 10520: Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002b.

NUNES, Teresa. O que mudou na ABNT 6022 para publicações de artigos. Disponível em: <<http://posgraduando.com/mudou-na-abnt-6022-publicacoes/>>. Acesso em: 18 set. 2018.

Contato

- Valéria Cunha dos Santos

csvaleria91@gmail.com